

# Irmão vota em pastor: Eleições de 2012 a 2020 em Recife

Rafael Ribeiro Brandão\*

## RESUMO

A expressão “irmão vota em irmão” é famosa no meio dos cristãos evangélicos e, conforme reportagem do website do G1 da Globo, em 2020 houve um crescimento no número de candidatos que concorreram às eleições daquele ano usando títulos religiosos. Na disputa para a prefeitura de Recife existiram algumas polêmicas envolvendo o campo religioso, entretanto, foi na disputa para vereadores que vimos que os irmãos perderam espaço para pastor na cadeira da Câmara Municipal. A importância deste estudo reside, principalmente, na compreensão dos conceitos de laicidade e quanto isso pode influenciar nas decisões políticas de uma cidade ou mesmo de um país. Sendo nosso objetivo problematizar o avanço evangélico na disputa eleitoral municipal de Recife, refletir e aprofundar a relação religião, republicanismo e esfera pública em termos históricos e conceituais e analisar a relação dos candidatos com títulos religiosos e quanto isso se reverteu em conquista eleitoral.

Palavras-chaves: Religião; Política; Laicidade; Recife; Pastor.

## RELIGIOUS BROTHER VOTE FOR PASTOR: 2012 TO 2020 ELECTIONS IN RECIFE

### ABSTRACT

According to Globo's G1 report, the famous expression “brother vote for brother” was mainly represented for the growth of candidates using religious titles for election in 2020. There were some controversies in

---

\* Mestrando em Ciências da Religião, da linha de pesquisa Campo Religioso Brasileiro, Cultura e Sociedade, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP, com bolsa de financiamento CAPES. Especialista em Ciência Política pela Fundação de Ensino Superior de Olinda e licenciado em História pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: [rafaelribeirob@gmail.com](mailto:rafaelribeirob@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0452590070812133>. OrcidID: <https://orcid.org/0000-0002-2205-4355>.

the dispute for Recife's mayor involving religion. However, religious brethren lost space for the chair of the City Council dispute. This paper mainly contributes for the understanding of some secularism concepts and how they can influence the political decisions of a city or a country. The objective is to problematize the evangelical advance in the municipal electoral dispute in Recife. For it, the paper reflects on the relationship between religion, republicanism, and the public sphere in historical and conceptual terms and to analyze the relationship of candidates with religious titles and how much this has been reversed in electoral conquest.

**Keywords:** Religion; Politics; Secularism; Recife; Pastor.

## Introdução

Política e religião estão juntas ao longo da história, desde as primeiras civilizações quando ainda se justificavam as hierarquias sociais em nome dos deuses. No Brasil não é diferente, com a chegada dos europeus uma Missa foi logo providenciada, efetivando, assim, um longo relacionamento político-religioso na colônia recém-descoberta. Ao longo do período colonial e imperial tivemos uma ligação muito forte com o cristianismo católico e o Estado, como se ambos se fundissem numa única instituição, o que de fato ocorreu através do Padroado e do Beneplácito. Com a proclamação da República surge a concepção do Estado laico, porém, na prática, as participações de religiosos e de suas crenças sempre estiveram presentes como agentes políticos ou nas decisões públicas, as quais viriam a se tornar símbolos nacionais, tal qual o lema positivista “Ordem e Progresso”, presente na Bandeira e no Selo Nacional.

Outras decisões chegaram à Constituição, invocando Deus em seu Preâmbulo. O “Deus seja louvado” nas cédulas do Real. GOMES (2017, p. 28) confirma estas práticas religiosas no meio público: “A prática religiosa interage com os mais variados espaços da sociedade, inclusive nos espaços políticos. As religiões podem responder de forma efetiva e eficaz às necessidades e aos interesses sociais da população.”

A mistura política e religião na nossa sociedade têm várias explicações, uma delas é de LAFER (2018, p. 11):

A sociedade civil não é laica no sentido de que tem o direito de manifestar as suas crenças e não está submetida a regras religiosas que

a elas são estranhas. Assim, aquela primeira acepção de secularização proveniente das diferenças funcionais é essa que distingue a laicidade do Estado daquilo que é o espaço de liberdade da sociedade civil dotada do direito de lidar, com autonomia, com as suas próprias crenças religiosas.

A maior aproximação do político para com a religião e, consequentemente, o religioso deve-se justamente por conta da religiosidade da sociedade civil, logo, fica mais difícil divisar as fronteiras entre a religião e a política. Cada vez mais é crescente a identificação dos agentes políticos com alguma crença religiosa. Uma matéria do Portal G1<sup>1</sup> sobre as eleições 2020, intitulada: “Mais de 8,7 mil candidatos adotam títulos religiosos no nome de urna” chamou a atenção para o estudo deste artigo. A notícia traz o levantamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que registrou mais de 8 mil candidatos que trazem alguma referência nos nomes que irão para as urnas, o mais comum é o título de Pastor, contudo foram registradas as seguintes expressões: irmã(o), bispo(a), missionário(a), pai, padre, apóstolo(a), reverendo, frei e ministro.

Tais candidaturas também se fizeram presentes nas eleições municipais de Recife em 2020. De acordo com o TSE<sup>2</sup>, não tivemos postulante à prefeitura que trouxesse algum título religioso, mas houve um para o cargo de vice-prefeito, o pastor Wellington Carneiro (PODEMOS), o qual compunha chapa com o Coronel Feitosa (PSC). Porém, entre os que concorreram ao cargo de vereador verificou-se o seguinte quantitativo: oito candidatos detinham o título de pastor, seis o de missionária e dois o de missionário, quatro irmãos, uma irmã e um padre. Todavia nenhum candidato trazia o título de bispo(a), pai, padre, apóstolo(a), reverendo, frei ou ministro.

É importante salientar que a participação de religiosos não foi nenhuma novidade nessas eleições. As relações político-religiosas já são coisa antiga e, se compararmos os resultados das últimas eleições, poderemos perceber o quanto esse relacionamento está cada vez mais estreito quando entre os candidatos mais votados em 2016 estão a Missionária Michele Collins (PP) e a Irmã Aimée (PSB).

---

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/10/01/mais-de-87-mil-candidatos-adotam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml>

<sup>2</sup> <https://resultados.tse.jus.br/oficial/#!/eleicao;e=e426;uf=pe;mu=25313/resultados/cargo/13>

Com relação às eleições 2020, observou-se que, na disputa à prefeitura, havia candidatos que, mesmo não tendo ligação direta com alguma denominação religiosa, em suas campanhas procuravam relacionar a própria imagem aos preceitos religiosos meramente para autopromoção. Tendo como referência os resultados das eleições e a observância da reação dos eleitores em comparação às eleições de 2012 e 2016, pode-se perceber até que ponto o fator religião influencia nas eleições e o quanto reflete nos resultados eleitorais e nas ações políticas na cidade do Recife.

### **1. A fronteira entre a laicidade e a religião**

Desde a chegada dos europeus no Brasil a religião cristã foi imposta aos ameríndios, através, inicialmente, da catequese católica com as Missões Jesuíticas, a qual preconizava a salvação das almas através da evangelização, como preconizava o evangelista Marcos<sup>3</sup>. Com religião oficial, o cristianismo Católico, durante o período colonial e imperial brasileiro não existia um Estado laico. Apenas com a Constituição de 1891 houve a separação do Estado e da Igreja na República. Porém, a mentalidade e a fé da população estavam enraizadas a um ponto em que os dogmas religiosos eram referência para as decisões públicas até chegar aos dias atuais, Oro (2003, p.64) mostra este aspecto social:

Com efeito, malgrado a separação oficial entre igreja e Estado, a história das relações entre política e religião no Brasil sugere menos a existência de autonomia e oposição entre esses campos do que de continuidade, ponte, trânsito e passagem, o que resulta na dificuldade de se traçar fronteiras claras.

A sociedade está passando por transformações nos segmentos religiosos, o catolicismo, antes predominante, divide seu espaço com outras doutrinas religiosas. Hoje se observa uma guinada de igrejas protestantes, conforme apontado pelo IBGE com “queda do catolicismo de 73,8% em 2000 para 64,6% em 2010, ao lado da também continuidade do crescimento evangélico de 15,4% para 22,2%” (CAMURÇA 2013, p. 63). Nesse crescimento evangélico a igreja que mais se destaca é

---

<sup>3</sup> “E disse-lhes: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura.” Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado.” (BÍBLIA, Marcos, 16, 15-16)

a Assembleia de Deus “com 12,31 milhões de adeptos, atraindo nesta década 3,9 milhões de novos adeptos” (CAMURÇA 2013, p. 64). Na cidade do Recife se observa no CENSO de 2010 que 195.765 se declaram evangélicos pentecostais e desses 134.124 são da Assembleia de Deus, sendo a maior igreja evangélica desta cidade.

O cenário atual não é diferente do período colonial e no Brasil Império, muitas decisões do plenário são pautadas em dogmatismo religioso cristão, sendo que hoje os protagonistas são políticos da bancada evangélica. Cenário que interfere no conceito de laicidade. Segundo Ventura (2006, p. 13): “Em uma sociedade democrática, o Estado Laico significa a separação entre poder político e as instituições religiosas, e a não admissão de interferência direta de um determinado poder religioso nas questões do Estado.” Com esta definição é possível afirmar que chegamos a tal separação quando o que se verifica é a influência forte do cristianismo nas decisões políticas? Vale salientar que tais ingerências não se restringem a Recife, mas abrange-se a todo o país. Ressalte-se, também, que muitas das deliberações recebem apoio de uma parcela considerável da população. Até na escolha do candidato, o eleitor leva em consideração a igreja que o político frequenta. Somando a isso, os cultos quando se transformam em palanques eleitorais usando a dicotomia do bem e do mal, isto é agente religioso (principalmente os de mesma congregação) contra aqueles que não fazem parte do mesmo segmento. A propaganda de que somente os crentes são os guardiões da ética e da moralidade é enfatizado por candidatos da bancada evangélica, como nos mostra Gomes (2017, p.27):

Esse novo grupo de políticos evangélicos vem com uma nova maneira prática, pois trabalha numa perspectiva de marketing religioso e político, levantando a bandeira da ética na política, fazendo uma política denominada cristã. As novas representações ideológicas evangélicas exigiam uma mudança do quadro político dos seus representantes, pois exigem deles uma postura moral em relação a atender às necessidades do segmento em tela.

A bandeira da ética não é apenas defendida pelos crentes evangélicos, como, também, por todos aqueles que se aventuram na política, os quais procuram impor suas ideologias: sejam os movimentos sociais,

sejam os latifundiários; os da direita ou os da esquerda. Todos lutando por suas convicções e mostrando que suas ideias são para o bem de todos ou para as especificidades de determinados grupos sociais.

Desse modo, por que o lado religioso estaria excluído desse processo quando, afinal, a democracia deve abranger a todos seja um crente, um ateu ou um agnóstico? Isto significaria que ateus e agnósticos podem defender suas causas em plenário e um religioso não? Esse é o tipo de questionamento o qual reforça a atuação cada vez mais presente dos evangélicos como ratifica Gomes (2017, p. 25): “a participação dos evangélicos na esfera política demonstra que o princípio legal de separação entre Estado e Igreja não retirou a religião da arena pública brasileira.”.

Essa questão deixa a situação limítrofe de religião e política mais desafiadora quando vemos a observação de Zylbersztajn (2018, p. 149):

A constituição não fala que o Brasil é Laico, não está escrito isso em nenhum lugar em seu texto. Não tem escrito “O Brasil é uma República Federativa Laica”. E como sabemos que o Brasil é Laico então? O Brasil é laico em tese, constitucionalmente. E como sabemos disso, se, por um lado, o preâmbulo da constituição fala de Deus; a constituição trata de vários elementos religiosos e reconhece a presença religiosa na esfera pública.

Não só o preâmbulo da Constituição faz referência à divindade monoteísta. A moeda, através da impressão da frase “Deus seja louvado” nas cédulas de dinheiro; os crucifixos nas repartições públicas; nomes de cidades e até de estados federativos fazem referência a personagens cristãos católicos; os inúmeros feriados cristãos; e tantas outras são as circunstâncias nas quais se observa a presença do religioso, principalmente ao se tratar do cristianismo, nas questões públicas. Mesmo se tendo uma definição clara e absoluta do que é Estado Laico, há muitos questionamentos a serem feitos sobre até onde vai o limite entre fé e política. Portanto, podemos tomar como base a ideia de Zylbersztajn (2018, p. 149):

Quando se fala em laicidade não está se falando em ignorar e agredir as religiões, muito pelo contrário. A liberdade religiosa faz parte do Estado Laico. O Estado Laico abriga a liberdade religiosa e ao mesmo tempo não privilegia nenhuma religião. Uma repartição pública federal não tem cultura, tem um serviço público.

O conceito acima servirá como facilitador para compreendermos melhor essa miscelânea de religião e política no cenário recifense, tomando-se como referência as últimas eleições para prefeito e, principalmente, para vereadores.

## 2. Os candidatos devocionais

Na década de 2010, foi possível testemunhar a crescente atuação política da bancada evangélica no cenário nacional, sempre pautando temas que misturam a moral religiosa. Dentre esses temas, os que mais se destacam são: a descriminalização do aborto e a amplitude de direitos dos LGBTQI+. Hernandez (2016, p. 31-32) esclarece que:

Nesse cenário, ganham força os projetos e discursos de grupos nacionais e internacionais identificados como Pró-Vida e Pró-Família. Trata-se de grupos formados por pessoas da sociedade civil, de diversos segmentos profissionais e classes sociais e, majoritariamente, cristãos. Lutam, principalmente, contra a descriminalização do aborto e declaram-se a favor da vida e da instituição família (heteronormativa). [...] os movimentos repetem e afirmam que Deus teria criado homem e mulher e não sujeitos trans, por exemplo. Sendo assim, qualquer política pública e/ou direitos sociais e civis para esses públicos seria uma afronta à ordem social estabelecida.

Em Recife o panorama político não foi diferente. Do crescente grupo de evangélicos na Câmara dos Vereadores, encontravam-se líderes como a vereadora Michele Collins, a qual sempre usou da moral religiosa, seja no plenário ou em declarações durante a vida pública. Soares (2013) traz algumas das afirmações dessa vereadora:

Defendo os princípios bíblicos e da civilização humana, porque desde que o Mundo é Mundo o homem só pode procriar com mulher e mulher com homem, Homem com homem e mulher com mulher não é família. É uma invenção que fizeram agora e querem que a gente estimule, aceite, ache bonito. É muita modernidade. Eu prefiro ser chamada de medieval e garantir os ‘bons costumes’ e o progresso da família e o fato de uma mulher estar aqui na tribuna não muda o fato de ela ser submissa ao marido. Também está errada a mulher que, após conquistar seu direito e seu espaço, ela deixa de ser submissa ao homem. O homem está sim acima da mulher.

Afirmações como a supracitada entram em conformidade com toda uma pauta dogmática, como explica Gomes (2017, p. 41-42): “Uma vez eleitos, saem em defesa da ordem social, da moral cristã e dos bons costumes e, não raro, brigam pela legitimação e pelo reconhecimento daquilo que prega a sua doutrina religiosa como sendo algo universal e que deve ser aceito por todos os cidadãos.”.

Porém, o amálgama indissociável de fé e política, ao longo da década de 2010, deve-se, principalmente, à atuação cada vez mais incisiva de religiosos na política, ora como eleitor, ora como candidato. Apure-se que no ano de 2012, concorrendo ao cargo de vereador, o TRE-PE<sup>4</sup> registrou dezesseis candidatos com título de irmão ou irmã, quatro pastores, dois missionários (sendo uma mulher), um bispo e um pai, totalizando 24 candidatos com títulos religiosos; já em 2016, obtiveram-se seis pastores, a mesma quantidade para irmão e irmã, duas missionárias, totalizando 14 candidatos – implicando em queda de mais de 50% deste grupo de religiosos. No entanto, em 2020, houve o total de 22 candidatos com alguma referência religiosa em seus nomes nas urnas, um número muito próximo de oito anos atrás.

Os resultados do TRE-PE demonstram que a maioria dos candidatos é de confissões do segmento evangélico, em que, muitos deles, são líderes de igrejas pentecostais, tendo destaque a Assembleia de Deus, e neopentecostais. Com os números apresentados verifica-se queda nos termos irmãos ou irmãs – que de dezesseis caiu para cinco no último pleito, enquanto os pastores subiram de quatro para oito em 2020. – A participação dos líderes religiosos obteve maior crescimento em detrimento a de fiéis sem cargos hierárquicos nas igrejas, o que nos leva a questionar se a coparticipação desses candidatos está, de fato, decrescendo ou se eles apenas não estão usando qualquer identificação religiosa nas urnas.

O aumento no número de pastores competindo ao cargo de vereador deve-se à forte influência que eles exercem sobre os fiéis, elevando, assim, suas intenções de voto. Contudo, o mesmo não ocorre com um irmão ou irmã, uma vez que estes necessitam do patrocínio de um líder da igreja seja financeiramente ou com a divulgação de sua campanha

---

<sup>4</sup> <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2012/divulgacao-do-resultado-das-eleicoes-2012>



a fim de que os demais fiéis votem no indicado pela congregação. Ressalte-se que por ter maior visibilidade e constituir uma imagem imponente, respeitosa e confiável perante os seus seguidores, o pastor consegue, mais facilmente, conquistar a confiança do eleitorado religioso angariando, assim, mais votos.

A “relação da Igreja hierárquica ou grupo de direção com os partidos políticos: a Igreja hierárquica é constituída apenas pelo clero (bispos, padres/pastores, diáconos), que busca representar toda a comunidade.” (SILVA 2008, p. 88). Pelo fato de que a Igreja represente toda uma comunidade, mais fácil torna-se a seus líderes lançarem-se em campanhas políticas.

### 3. Fé e prefeitura

A religião não foi palanque apenas de candidatos a vereadores, ainda que nenhum candidato à prefeitura do Recife tenha estampado, durante sua campanha, qualquer título relacionado a alguma fé, tivemos único caso, o vice-prefeito do Coronel Feitosa (PSC), pastor Wellington Carneiro (PATRIOTAS). O Partido Social Cristão (PSC) do Coronel Feitosa, tem como característica a defesa ao cristianismo e às pautas pró-vida, pró-família e antimarxista. Apesar das propostas oferecidas pelo partido, a chapa não obteve êxito nas urnas, conquistando apenas 1,18% dos votos; ocupando a sexta posição entre os mais votados e ficando à frente apenas de Charbel (NOVO), Thiago Santos (UP) e Claudia Ribeiro (PSTU).

Os candidatos que foram para o segundo turno, João Campos (PSB) e Marília Arraes (PT), correram atrás de alianças do campo religioso, principalmente dos grupos cristãos. Cada lado teve aliados de peso: o socialista teve apoio do deputado estadual Pastor Cleiton Collins (PP), enquanto a Petista teve aproximação do prefeito reeleito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira (PL). Aliados que pertencem à Assembleia de Deus. Estas coalizões mostram o quão tenaz está a concorrência entre as lideranças evangélicas em Pernambuco pelo espaço nos cargos públicos eletivos. O que elevou ao acirramento na disputa para a prefeitura do Recife.

As eleições se transformaram numa verdadeira cruzada pelo poder, o deputado Cleiton Collins afirmou: “A agenda do PT, quando estava

no poder no Brasil, era pautada por projetos para destruir a família, como a PL 122, por exemplo. Dessa forma, todos vão com João que é um jovem de família, cristão e que com certeza vai fazer muito bem à cidade do Recife ao contrário de Marília Arraes” (MELO, 2020a). Em consonância ao discurso do deputado, sua esposa, a vereadora Michele Collins (PP), justificou:

O Recife precisa de projetos mais estruturais como moradia, saúde, educação, saneamento, transporte e segurança. Isso, Marília não trouxe para a câmara quando era vereadora. Com o PT e o PSOL não tem flexibilização. Acredito que João Campos tem uma pauta que beneficie a família e a vida, focada no que o recifense precisa de verdade. Fazendo um governo para todos, independente de religião, cor ou raça. Sou de posicionamento, não fico no muro, não disse em momento algum que votaria em branco ou nulo [...] Voto em João que tem ouvido as pautas cristãs, que vai trabalhar com as Igrejas, que vai melhorar a política sobre drogas com a construção de um Centro de Referência para usuário de drogas e seus familiares (MICHELLE, 2020).

No outro lado do embate, Anderson Ferreira explica o motivo que o leva a se associar à Marília Arraes: “Anunciei meu apoio à Marília por entender ser o melhor para o Recife. Nos últimos dias, o desespero tem tomado conta dos adversários. Uma verdadeira campanha do ódio buscando dividir o Recife através de *fake news* e tentando manipular a fé das pessoas” (MELO, 2020b). Curioso é que “Ferreira recebeu apoio de Bolsonaro na sua cidade. O presidente chegou a gravar um vídeo em seu apoio, ao lado do deputado federal André Ferreira, líder do PSC na Câmara, outra legenda das fileiras do Centrão (MASCARENHAS; ÉBOLI, 2020).”

A grande polêmica envolvendo política e religião entre João e Marília esteve na circulação de um panfleto, supostamente produzido pelos apoiadores do socialista, o qual alegava ser a candidata do PT contra a Bíblia. Para tanto, o material se referia ao fato de que a “candidata à Prefeitura do Recife quis proibir a leitura da Bíblia nas sessões da Câmara dos Vereadores da capital pernambucana quando era vereadora. Os materiais alegam que ‘cristão de verdade’ não vota na petista e estampam um trecho de uma fala da candidata retirada de contexto (PANFLETOS, 2020).” Em sua defesa, Marília Arraes argu-

mentou que seu discurso foi tirado de seu contexto. Ela afirma que, na verdade, estava defendendo a laicidade do Estado. Por seu turno, João Campos negou qualquer envolvimento na produção de tais materiais. As acusações feitas pela candidata petista contra seu oponente após esse episódio não foram para frente e, no final do segundo turno, o socialista se elegeu como novo prefeito da cidade do Recife.

As eleições do ano de 2020 foram diferentes se comparadas às últimas duas eleições, uma vez que os embates de cunho religioso não foram tão frequentes entre os principais candidatos à prefeitura do Recife.

## Conclusão

A expressão “irmãos votam em irmãos”, “cunhada por Josué Sylvestre e popularizada por Paul Freston” (GUADALUPE; CARRANZA 2020, p. 19), mostra a fidelidade do voto dos evangélicos, os quais dão preferência de sua intenção de voto àqueles que lhes são semelhantes em fé e princípios, o que demonstra uma forte corrente ideológica comum que compactua através das várias congregações cristãs fora da Igreja Católica. Essa união de irmandades deve-se ao “discurso de purificação da política através da atuação de ‘homens de Deus’ em uma suposta batalha espiritual presente no âmbito político GOMES (2017, p. 46).”

Em Recife, nas eleições municipais de 2012, os irmãos estavam votando em irmãos. A novidade estava na queda no número de candidatos a vereadores com o prenome de irmão ou missionário e o crescimento nos títulos de pastores e bispos entre os candidatos. Dentre os aspirantes ao cargo de vereador que detinham o título de irmão ou irmã, foi eleita apenas uma irmã, Aimée. A candidata repetiu o feito em 2016 sendo a segunda vereadora mais votada, conquistando 14.338 eleitores. Porém, em 2020 chegou a ter somente 3.763 votos e não conquistou a sua terceira eleição, resultando em nenhum irmão ou irmã ter assumido uma cadeira na Câmara dos Vereadores.

A realidade dos resultados muda conforme se elevam os cargos e funções que os candidatos ocupam em suas congregações. Um exemplo disto é o de Michele Collins (PP), a qual trazia em sua chapa o título de missionária e conseguiu se manter no cargo de vereadora por três eleições consecutivas com os seguintes números por eleições: em 2012

elegeu-se com 10.589 votos; em 2016 foi reeleita com 15.357 votos (o maior número entre os demais concorrentes); já em 2020 houve uma queda, a candidata só alcançou 6.823 eleitores. Apesar da queda, Michele conseguiu se reeleger novamente, ocupando a vigésima sexta posição dentre os candidatos a vereadores mais votados.

Outro exemplo semelhante foi, nas eleições 2020, a vitória do vereador Pastor Júnior Tércio (PODEMOS), o qual obteve 12.207 votos, chegando a ser o terceiro mais votado neste pleito. Observando esses resultados de modo mais analítico, é possível reafirmar que o irmão deixou de votar no irmão para, enfim, votar em pastor e, quiçá, em missionário.

Não só em Recife, mas em todo o país se observa um “‘voto denominacional’, isto é, nem mesmo no Brasil ‘o irmão vota no irmão’ (‘voto confessional’), mas ‘o pentecostal vota no pentecostal’, ‘o universal vota no universal’, ‘o da assembleia vota no da assembleia’ e ‘o batista vota no batista’ (‘voto denominacional’) (GUADALUPE 2020, p. 74).” E pelo fato de o pastor estar em maior evidência que o irmão e, até mesmo, que o missionário, torna-se mais fácil conquistar o apoio do público votante, neste caso, os irmãos, sejam eles ou não de sua mesma congregação, afinal, o “boca-boca” ainda é o melhor cabo eleitoral.

A indagação principal é se figuras políticas, tais quais a vereadora Michele Collins e seu marido o deputado estadual Pastor Cleiton Collins, seriam eleitas (e mesmo reeleitas) se não fosse a importância dos cargos que possuem em sua congregação. É importante ressaltar aqui que, tanto a missionária vereadora quanto os demais pastores (independentemente de seu cargo político) mantêm a pauta da moralidade cristã e conservadora em suas campanhas, além de se mostrarem, ferrosamente, “contra o que chamam de ‘ideologia de gênero’, o que lhes rendeu mais apoio dos fiéis.” (GUADALUPE 2020, p. 18).

Com tais pautas é de se questionar até onde vai a laicidade do Estado, uma vez que a “participação dos evangélicos na esfera política demonstra que o princípio legal de separação entre Estado e Igreja não retirou a religião da arena pública brasileira GOMES (2017, p. 24).” Discussões que envolvem o aborto e direitos LGBTQ+ são os assuntos mais recorrentes nos debates cotidianos na política, gerando grandes repercussões na população. Cunha adverte sobre esta polêmica:

As críticas de grupos LGBTs e dos movimentos de mulheres estão focadas nessa visão de família heteronormativa, que vê a mulher sem seus direitos sexuais e reprodutivos garantidos, voltada a seu papel tradicional na sociedade. Por isso, parte da sociedade os vê como gente atrasada, fundamentalista e sectária, que em muitos momentos trabalham com a dicotomia do “nós” e “os outros”, não abrindo a possibilidade de construção coletiva, a partir da diversidade de perspectivas sociais e políticas que uma sociedade complexa como a brasileira exige (CUNHA 2017, p. 6).

A maior parte da população brasileira desconhece o conceito de laicidade e declara-se religiosa, o que resulta em um crescimento vertiginoso dos grupos evangélicos, principalmente dos pentecostais e neopentecostais. Essa adesão de novos adeptos, infelizmente cada vez mais carentes, em sua maioria, da consciência do quão importantes são como eleitores (tornando-os, assim, mais vulneráveis e influenciáveis aos discursos de seus líderes), se torna fator determinante nos resultados das urnas. O pastor, assim como qualquer outro líder da igreja, tem o carisma necessário para angariar fiéis eleitores que coadunam com suas ideologias pregadas durante o culto. Willaime (2012, p.118) com a afirmação de que o poder é “investido de uma legitimação sagrada e a autonomização do político com relação a qualquer tutela religiosa” assevera que o magnetismo exercido pelos líderes da igreja interfere na escolha de um candidato.

Quanto maior a posição de alguém na hierarquia eclesial evangélica, maior se torna sua visibilidade, e, é claro, um mero irmão não está no mesmo patamar daqueles que tomam parte no púlpito, e isto justifica o porquê de não haver mais nenhum irmão ou irmã como vereador em Recife. E, conforme Guadalupe (2020, p. 96): “uma vez que pode haver centenas de candidatos de denominação evangélica participando de uma eleição, mas, vencerão, sobretudo, os ‘candidatos oficiais’, que têm o apoio corporativo de suas igrejas (pentecostais).”

Portanto, o simples fato de ser, ao menos, um dos líderes da igreja torna justificável se colocar à disposição para representar a igreja na política, pois, assim, é possível propagar para toda uma nação os preceitos religiosos, a fim de salvar da degradação moral toda uma nação. Logo, irmão vota em pastor ou, quem sabe, numa missionária esposa de um pastor-deputado que também é líder da sua igreja, pois não há

outra forma de se levar de modo mais sério sua fé, seus princípios, seus valores, enfim, sua ideologia, para conduzir o futuro de todo um país.

## Referências

BÍBLIA de Jerusalém. nova ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.

CAMURÇA, Marcelo. O Brasil religioso que emerge do Censo de 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Henrique Böll/Instituto de Estudos da Religião, 2017.

GOMES, Ricardo Jorge Silveira. **Evangélicos vão às urnas: participação das igrejas pentecostais no pleito eleitoral de 2004, no município do Cabo Santo Agostinho – PE**. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2017.

GUADALUPE, J.; CARRANZA, B. (Org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad AdenauerStiftung, 2020.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, J.; CARRANZA, B. (Org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad AdenauerStiftung, 2020.

HERNANDES, Margareth da Silva. **O silenciamento da discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas: a inconstitucionalidade da omissão**. TCC - Especialização. Universidade de Santa Catarina. Centro de Filosofia de Ciências Humanas. Gênero e Diversidade na escola. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173782>>. Acesso em: 17nov. 2020.

LAFER, Celso. Desafios da Laicidade no Mundo Contemporâneo. In: FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da (Org.). **Estado laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil: pesquisas, reflexões e debates**. Brasília, Ministério dos Direitos Humanos, 2018, p. 10-21.

MASCARENHAS, Gabriel; ÉBOLI, Evandro. Aliados de Bolsonaro declaram apoio a candidata do PT no Recife. **Revista VEJA**, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/aliados-de-bolsonaro-declaram-apoio-a-candidata-do-pt-no-recife/>>. Acesso em: 18 de dez. de 2020.

MELO, Jamildo. Cleiton Collins tenta frear avanço do Podemos entre evangélicos e ajudar João Campos com voto conservador. **Blog de Jamildo**, 2020. Disponível em: <<https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2020/11/18/cleiton->

-collins-tenta-frear-avanco-do-podemos-entre-evangelicos-e-ajudar-joao-campos-com-voto-conservador/>. Acesso em: 18 de dez. de 2020.

MELO, Jamildo. Anderson Ferreira sai em defesa de Marília Arraes e diz que PSB faz ‘campanha do ódio’. **Blog de Jamildo**, 2020. Disponível em: <<https://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2020/11/23/anderson-ferreira-sai-em-defesa-de-marilia-arraes-e-diz-que-psb-faz-campanha-do-odio/>>. Acesso em: 18 de dez. de 2020.

MICHELLE Collins volta a criticar Marília Arraes e diz que João “vai trabalhar com as Igrejas”. **Blog da Folha**, 2020. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/michelle-collins-volta-a-criticar-marilia-arraes-e-diz-que-joao-vai-trabalhar-com-as-igrejas/21793/>>. Acesso em: 18 de dez. de 2020.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbcsocv18n5318078.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbcsocv18n5318078.pdf)>. Acesso em: 30 nov 2012.

PANFLETOS distorcem frase de Marília Arraes sobre a Bíblia. **Gaúcha Zero Hora**, 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2020/11/panfletos-distorcem-frase-de-marilia-arraes-sobre-a-biblia-cki-0c96zr001t014lrfiv219t.html>>. Acesso em: 18 de dez. de 2020.

SILVA, Lúcia de Fátima Gomes da. **A representação social da relação fé e política na escola Pe. Humberto Plummén**. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008.

SOARES, Luis. Vereadora critica homossexuais e defende submissão da mulher. **Pragmatismo político**. 2013. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/vereadora-critica-homossexuais-e-defende-submissao-da-mulher.html>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

VENTURA, Mirian. Pontos de contato constitucionais entre Estado e Instituições Religiosas. In: BATISTA, Carla; MAIA, Mônica (Org.). **Estado Laico e Liberdades Democráticas**. Recife: Instituto Feminista para a Democracia, 2006.

WILLAIME, Jean-Paul. Sociologia das religiões. São Paulo: UNESP, 2012

ZYLBERSZTAJN, Joana. O Estado Laico na Constituição Brasileira. In: Ministério de Direitos Humanos - Secretaria Nacional de Cidadania. (Org.). **Estado Laico, Intolerância Religiosa e Diversidade Religiosa**: pesquisas, reflexões e debates. 1ed. Brasília: Ministério de Direitos Humanos, 2018, v. 1, p. 148-153.

Submetido em: 15-5-2021

Aceito em: 3-9-2021